

O triste fim da fronda tucana^(*)

José Luis Fiori

“E portanto no mínimo uma subestimação de minha capacidade analítica e de minha imaginação (para não falar dos meus valores) pensar que diante da realidade contemporânea, eu optei por uma aliança conservadora. Não percebem que o novo na situação brasileira e que o clientelismo tradicional está quebrado sem remissão ”

Fernando Henrique Cardoso,

Caderno mais!, julho de 1994

A festa acabou, como estava previsto. O ajuste das contas começou, como costuma acontecer. Nesta hora, quem primeiro tropeça e cai, é a escória, mas ela nunca está sozinha, e o medo se generaliza. Com razão, porque foi assim que terminou a década neoliberal, e o seu “milagre econômico”, em quase toda a América Latina. Frustraram-se as expectativas de crescimento, a pobreza e a desigualdade aumentaram, as privatizações terminaram e o capital estrangeiro refluíu. Um depois do outro, os ‘patriarcas’ do neoliberalismo latino-americano, foram sendo despejados: Salinas, Perez, Fujimori, Menem, Zedillo, Cubas, Duran, quase todos sob julgamento, presos ou foragidos.

O Brasil chegou tarde ao festim. Mas depois do grande acordo de 1994, andou mais rápido do que ninguém. Nunca os ‘agentes privados’ ganharam tanto, tão fácil e em tão pouco tempo. Tudo parecia simples, genial, quase milagroso. Mas também no Brasil a festa acabou: aumentou a fragilidade financeira externa do Brasil e os juros voltaram a subir, a moeda rolou ladeira abaixo e a inflação deu sinais de reaparecimento, acabou o miniciclo de otimismo, orquestrado pela imprensa e pelo governo, o país enfrenta um colapso energético eminente, os preços dos serviços públicos privatizados subiram, enquanto a sua qualidade cai, não há acordo sobre o que resta para vender, do patrimônio público, o prestígio do governo rasteja, sua base parlamentar estilhaçou e os convidados começam a se retirar ou a brigar pelos ossos que sobraram. O governador de São Paulo morreu, o presidente, esta

^(*) Este artigo interrompe por razões óbvias uma série que deve seguir oportunamente sobre as transformações geopolíticas internacionais.

cada vez mais paralisado; a equipe econômica e seus consultores estão em pânico, com a crise Argentina; os professores neo-sociais brigam entre si: o tucanato se esfacela, e a impressão que fica é de que no fim da festa, os ratos tomaram conta do navio.

Boa hora para fazer um balanço. Não do desempenho econômico e social da década neoliberal, que já foi feito e é muito ruim. Se utilizássemos os últimos quatro anos de crescimento da renda *per capita*, o país precisaria de 187 anos, quase dois séculos, para dobrar a renda de cada brasileiro. Melhor esquecer a economia e perguntar-se o que foi que passou, com o projeto de modernização institucional dos intelectuais tucanos. Pensavam haver descoberto a pólvora, quando se propuseram sustentar seu projeto sócio-liberal, aliados com os “donos do sertão”, que eles consideravam atrasados e ignorantes, mas de baixo custo. Radomiro Tomic, político chileno – democrata-cristão e de centro – rejeitou uma aliança fácil e vitoriosa com a direita, nas eleições presidenciais de 1970, afirmando com coragem e contra os ‘realistas’ do seu partido, que “quando se governa com a direita, é a direita quem governa”. Foi o que os sócio-liberais tucanos fizeram. Deu no que deu, acabaram reféns dos conservadores, perderam sua própria identidade e hoje estão em franco processo de desintegração política e moral. Como foi que estes senhores conseguiram prometer tanto, e acabar de forma tão lamentável?

i. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das relações entre o estado e o capital privado, com o fim do “estado cartorialista” e do “populismo econômico”. Os mercados foram abertos e desregulados, e o setor público foi privatizado em nome da “competitividade global”. O Estado foi desmontado, o funcionalismo foi reduzido, mas a submissão do Estado aos interesses privados, e a proteção de alguns grupos econômicos selecionados, não se alterou com a abertura comercial e a desregulação econômica. Na prática, fizeram populismo cambial e fatiaram o patrimônio público entre grupos econômicos escolhidos a dedo pelos financistas tucanos, com o único objetivo de construir a nova base material e privada do seu projeto de poder. Ao mesmo tempo em que feudalizavam as novas agências de regulação, e o que restou das velhas instituições e empresas públicas, divididas entre as várias facções – oligárquicas ou gangsteris – da “base parlamentar” do governo. Os tucanos prometeram liquidar com o sistema dos *rent-seeking*s, mas acabaram transformando o Estado numa espécie de “sub-comitê executivo” da piranhagem financeira, e do submundo do Congresso Nacional.

ii. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das relações do estado com o mundo do trabalho. Prometeram destruir todo tipo de corporativismo que prejudicasse o estabelecimento, através do mercado, do “preço justo” da força de trabalho, e fragilizasse a musculatura do capital e da competitividade global da economia brasileira. Aos prejudicados, prometeram um programa de solidariedade social, em parceria com o setor privado. O que fizeram, na prática, foi reduzir os direitos trabalhistas, congelar os salários do setor público, e diminuir a participação da massa salarial no PIB, de 45%, em 1992, para 36% no final da década; aumentando a participação do lucro das empresas que passou, no mesmo período, de 35%, para 44% do PIB. Nada foi feito com o objetivo de expandir a capacidade nacional de produção de bens públicos e de bens básicos de consumo popular. Como consequência, depois de sete anos, a concentração da riqueza aumentou ainda mais que no período desenvolvimentista; no final da década de 1990, 1% da população brasileira, detinha uma renda igual a dos 50% mais pobres, sem que fossem considerados, nesta estatística, os ganhos financeiros. A compensação solidária, que havia sido prometida, não foi muito além da distribuição focalizada de alguns sanduíches para pobres, e assim mesmo, foi sendo reduzida pelos sucessivos ajustes fiscais, até o ponto em que a Comunidade Solidária desapareceu, nas brumas do esquecimento e da irrelevância.

iii. Os professores e financistas tucanos anunciaram a modernização das instituições políticas e prometeram liquidar com o clientelismo oligárquico. Mas na prática, a coalisão de forças conservadoras aglutinada em torno da candidatura do professor Cardoso, foi mais ampla do que a que sustentou o regime militar, reunindo todos os segmentos da política regional ou oligárquica brasileira. Aqui começou o triste fim do tucanato. Primeiro, foi a necessidade de obter maioria absoluta para aprovar as reformas econômicas e as privatizações; depois, foi a necessidade de estabilizar as expectativas dos mercados financeiros, assegurando a continuidade e reeleição presidencial, e assim sucessivamente. Pouco a pouco, os mais idealistas foram sendo obrigados a fazer uma *restitutio mentalis*, ou a abdicar de seus sonhos, no varejo do Congresso Nacional e na administração direta, em nome do que passaram a considerar “uma dolorosa mas necessária transição para a modernidade”. Mas foram muito além, e aprenderam rápido a lição. Esqueceram-se de sua proposta de reforma político-eleitoral, e em pouco tempo, já aliciavam novos ‘militantes’ dentro do próprio Congresso, capturados de outros partidos através de práticas que só poderiam resultar, como no passado, na preservação do clientelismo, e na corrupção da máquina

estatal, que parece ter alcançado dimensões sem precedentes na história republicana brasileira. Deixam como herança uma juventude que perdeu, durante este tempo, todo respeito pela política, pela coisa pública e pela ética; e uma população desencantada com o sistema democrático.

iv. Os professores e financistas tucanos anunciaram o fim das fronteiras e a hora do “renascimento global”, e prometeram destruir o nacionalismo anacrônico em nome de um novo conceito de soberania e interesse nacional. Seu diagnóstico era simples: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita, como único caminho de defesa dos interesses nacionais, num mundo onde já não existiriam mais as fronteiras nem as ideologias. Na prática, o que ocorreu foi outra coisa. Os sócio-liberais, promoveram uma transacionalização radical da estrutura produtiva e dos centros de decisão da economia brasileira. Estratégia político-econômica que fragilizou radicalmente o Estado e a economia brasileira, que ficaram dependentes do capital privado internacional, e do apoio do governo norte-americano, nas situações de crise. Além disto, o governo reatou as relações de cooperação militar com os Estados Unidos, que haviam sido interrompidas em 1977, pelo general Ernesto Geisel. Recriou o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil-Estados Unidos, alugou sua base espacial de Alcântara, e assinou – no dia 2 de julho de 2000 - o Protocolo 505, que devolveu ao Brasil, o direito de receber, em forma de doação, o material bélico de segunda mão, dos Estados Unidos. Além disto, o acordo permite inspeções periódicas do equipamento doado, por parte dos militares norte-americanos, que passarão a ter acesso regular aos quartéis brasileiros. Nestas condições, é fácil de perceber que o Estado brasileiro perde qualquer capacidade de sustentar seus interesses, nos foros internacionais, quando haja conflito com algum dos países que sustentam nossa moeda, ou que armam e municiam os nossos quartéis. É o que vem se assistindo, no caso da defesa brasileira do Mercosul frente à ofensiva da ALCA. Uma política correta, mas que fica patética, quando se tem presente que a Argentina e o Mercosul dependem, nesse momento, de mais um empréstimo americano, para não naufragar, junto com seus vizinhos, nos próximos meses. Da mesma forma se deve entender a despreocupação dos norte-americanos com o discurso do presidente Cardoso, em Quebec: para eles, com toda certeza, uma brava retórica, típica de um orador latino e tropical.

A nova democracia brasileira não foi obra dos professores e financistas tucanos. Já tem quinze anos de funcionamento mais ou menos

regular, com todos os desvios e formas de manipulação que se generalizaram, a partir do modelo poliárquico norte-americano. Não se deve esquecer, entretanto, as condições econômicas e políticas internacionais que facilitaram a formação, o sucesso econômico transitório e a vitória eleitoral das forças de centro-direita nas três eleições presidenciais do período. Tampouco não se pode desconsiderar a importância do veto norte-americano – neste período – às soluções autoritárias, na América Latina. Ainda é difícil prever qual será o comportamento dos conservadores brasileiros e dos próprios tucanos, frente à uma nova situação de restrições externas, com uma crise econômica mais aguda; ou frente à uma eventual divisão de suas forças internas, que viabilize uma vitória da oposição. É nesta hora que se poderá avaliar a solidez de suas convicções democráticas. O importante, neste ponto, é ter claro que o novo modelo econômico, instaurado pelos professores e financistas tucanos não admite, segundo eles, mudanças de rota, sob pena de provocar uma fuga de capitais. Para eles, em última instância, não deveria haver alternância de poder, ou esta só deveria ocorrer depois de um “pacto” que assegurasse a manutenção da política econômica atual. O que é uma idéia rigorosamente anti-democrática.

Neste momento, este é um ponto decisivo, para reflexão de todos. É importante olhar para a Argentina, que já se transformou num caso paradigmático da situação vivida pelos novos governos, que uma vez eleitos, mantêm a mesma política econômica anterior. Sobretudo quando se deixam levar pelo canto das sereias, e em vez de governar e mudar o rumo dos acontecimentos, se dedicam apenas a tentar convencer os mercados financeiros, de sua credibilidade. Quando se comportam assim, como no caso argentino, e não tem sucesso, por razões que tem a ver com sua própria política econômica, acabam sendo corroídos, porque não conseguem manter o fluxo de investimento necessário para fechar suas contas externas, e vão sendo obrigados a fazer sucessivos ajustamentos fiscais, responsáveis por uma crescente ingovernabilidade e a perda do apoio popular. A volta de Cavallo ao comando do governo argentino, soa como uma caricatura e uma advertência. Sobretudo para os que se opõem radicalmente ao modelo neoliberal e não podem esquecer a advertência de Celso Furtado de que “o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser agora, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”. E isto passa inevitavelmente por uma ruptura radical, com a estratégia de classe e o pacto conservador, que desmoralizaram e destruíram a fronda tucana.